



CEAS/PR das Araucárias
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CEP 80530-915
Curitiba - Paraná

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS/PR
Secretaria Executiva dos Conselhos –

SEC Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' -Palácio



Assembleia Ordinária do
Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR 23/02/2016

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de 2016, às 8h30min, em **1ª chamada**, na Sala de Reuniões do 7º andar da **Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS**, sita no Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos s/nº – Bairro Centro Cívico, em Curitiba – PR, foi dado início à **Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR**, a primeira do ano entrante, para a qual os Conselheiros foram previamente convocados. Nesse primeiro momento, foram contabilizados **13 Conselheiros** presentes, a saber: Presidente Rubens Marcon (Recanto Espírita Somos Todos Irmãos – Maringá), Delvana Ferreira (Sec. De Educação – SEED), Terezinha Maria de Wolf (Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná), Artur dos Santos Andrade (núcleo de Ação Solidária à AIDS – Foz do Iguaçu), Carlos da Silva (Usuário – Reg. De Londrina), Denis César Musial (CRESS – 11ª Região), Lindalane Mazza Casas (COHAPAR), Zilma Moraes Oliveira (Usuária), José Araújo da Silva – (Pastoral da Pessoa Idosa), - Mileny Valéria de Lima (CRESS – 11ª Região – Reg. Jacarezinho), Dionéia Edlyg Maciel (CRESS – 11ª Região – Reg. De Guarapuava), Marcela Evangelista (SEDS), Marta Maria dos Santos (Usuário – Cascavel). Findo o espaço de tempo, às 8h45min. foi realizada a **2ª chamada**, contando com a presença dos Conselheiros já nominados, mais a Superintendente da Assistência Social da SEDS, Maria de Lourdes C. San Roman, Conselheira Suplente (SEDS), Odelita Herbst Milanese, Conselheira Anne (Secretária Executiva dos Conselhos/SEDS) – **14 conselheiros**. No seu papel, o **Conselheiro Presidente Rubens Marcon** (Recanto Espírita Somos Todos Irmãos – Reg. De Maringá), saudou a todos os presentes, afirmando desejar contar com a força e a disposição do grupo, irmanados nos objetivos propostos. Essa importância foi destacada pela Superintendência **Maria de Lourdes**, na sua representação governamental, informando que este será um ano de grandes desafios, motivo pelo qual esse valoroso grupo deverá trabalhar com harmonia de propósitos e confiança mútua, como até os dias de hoje foi feito. **Apreciação da pauta e possíveis inclusões.** a) Eleição do CNAS (item 7A) b) Reunião do COGEMAS em Prudentópolis em 07/03/2016 c) excluído o item referente ao Panorama da CAD Único e Bolsa Família. Registrada a chegada da representação do Núcleo Jurídico, **Dra Danielle Vieira** e Coordenadora da PS Especial, **Elenice Malzoni**. Nesse momento, a Superintendente Maria de Lourdes (SEDS) comunicou ao plenário o desligamento da Secretaria Executiva do CEAS **Helena Navarro Gimenez**, transferida a pedido para a **Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU**, seu local de origem. Em substituição provisória, o CEAS poderá contar com os préstimos da **Psicóloga Anne (SEDS)** e toda a equipe da Secretaria Executiva – **APROVADA. Apreciação da Ata referente a dezembro/2015 – APROVADA.** Registrada a chegada da **Conselheira Iva Sandra F. de Moraes**, representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. **Informes da Secretaria Executiva do CEAS/PR:** Relato da chegada de 4 processos, a saber: a) alteração da resolução 043/2015/SEDS; b) à substituição de Conselheiros Governamentais da SEDS; c) SEFA (referente ao Fundo Est. de Combate à Pobreza; d) Ofício nº 115/2016, do Ministério Público solicitando informações da regularização da CMAS – Reg. de Toledo. **Justificativas de ausências:** Dulce Darolt – SEJU – em férias – Cintia Beal Ruseh – em férias – Vanderlei Augusto – Sessões na Câmara – Paulo P. Silvério – Semana Pedagógica – APAE – Inês Roseli Tonello – Semana Pedagógica – APAE – Jeferson – atendimento C.A.S.A – Mariléia Gemelli Chaves – Semana Pedagógica APAE. Registrada a chegada do **Conselheiro Pedro Maria Martendal de Araújo, Suplente da Conselheira Inês Roseli Tonello (APAE)**, Rita Cássia Pigatto (Esc. Reg. De Curitiba), Odelita H. Milanese (Suplente – SEDS) - **Relatórios das Comissões: Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo – Relatora: Marcela. 1.1 Para conhecimento: Protocolado nº 13.850.322-4 Informações da CPSE sobre o repasse de recursos estaduais do município de Cascavel.** Reposta ao ofício nº 150/2015 do CMAS Cascavel, datado de 18/09/2015, referente à ausência de repasses do cofinanciamento das residências inclusivas, onde pleiteia regularização do referido repasse. De acordo as informações da Gestão de Fundos/Grupo Financeiro Setorial a situação já foi regularizada, sendo os repasses efetuados entre os meses de novembro e dezembro de 2015, perfazendo o valor do 2º semestre de R\$ 60.000,00 e no montante total já repassado de R\$ 325.000,00. **Parecer da Comissão: Aprovado . Parecer CEAS: Aprovado . 1.2 Protocolado nº 13.246.615-7: Recursos de Calamidade Pública e Emergência do município de Campo Bonito.** A CPSE encaminha ao CEAS, aprovação da prestação de contas dos recursos, onde foi realizado uma despesa no valor de R\$ 2.800,00 para pagamento de uma palestra motivacional. A CPSE é favorável ao gasto. **Parecer da Comissão: Aprovado . Parecer CEAS: Aprovado. 1.3. Protocolado nº 13.876.355-2: Consulta da SMAS de Prudentópolis (retorno do NJA/SEDS)** Reposta ao ofício nº 279/2015-SMAS, de 23/11/2015, que solicita orientação no sentido de esclarecer de que modo poderiam destinar percentual de recursos próprios do município em lei sem ferir a constituição federal. Encaminhada a solicitação pelo CEAS à Procuradoria Jurídica do Estado PR, a mesma responde que, não é atribuição jurídica legal do CEAS a prestação de orientação jurídica aos municípios e, que o município de Prudentópolis deve buscar orientação diretamente com a procuradoria jurídica municipal. Sugere-se que o município entre em contato com o CNAS, solicitando se o mesmo poderá orientá-los a respeito desta matéria. **Parecer da Comissão: Aprovado . Parecer CEAS: Aprovado. 1.4 Protocolado nº 13.924.187-8: Solicitação de recursos para o evento do CONGEMAS – Regional Sul.** Solicitação de recursos para espaço físico e apoio ao evento “Encontro de Gestores e Técnicos de Assistência Social - CONGEMAS Regional Sul”, a ser realizado no município de Foz do Iguaçu, nos dias 14 e 15 de

67 abril de 2016. **Parecer da Comissão: Aprovado** . Com indicação de recursos do IGD-Bolsa Família – Fonte 281.
68 **Parecer CEAS:** Aprovado para o montante de R\$ 100.000,00. **1.5 Dúvidas do município de Corbélia.** A Secretaria
69 Executiva do município de Corbélia, envia email solicitando informações sobre repasse de recursos a entidades sociais
70 sem aprovação do CMAS. **Parecer da Comissão:** Encaminhar o pedido para Superintendência de Assistência Social –
71 SAS e, para o ER, para que complemente as informações sobre o Abrigo Anjo da Guarda, que irão subsidiar a
72 informação da SAS. **Parecer CEAS:** Aprovado. **1.6 Critérios de partilha de recursos para cofinanciamento de**
73 **equipe volante.** A CPSB apresentou proposta de repasse de recursos fundo a fundo, com recursos da Fonte 142 –
74 BID, para Equipes Volantes, no valor de R\$ 1.000.000,00, para até 30 municípios prioritários do Contrato com o Banco,
75 com os seguintes critérios de elegibilidade: 1- estar entre os 156 municípios prioritários do Programa Família
76 Paranaense e ter assinado Termo de Adesão e de Compromisso para executar o Programa; 2- possuir CRAS
77 cadastrado no Censo SUAS 2014 e possuir equipe técnica de referência para o PAIF, que atenda o disposto na
78 Resolução nº 21 de 2013 da CIT e inserida no CADSUAS. O acesso dos municípios será através de Edital próprio a ser
79 elaborado pela SEDS. **Parecer da Comissão: Aprovado. Parecer CEAS: Aprovado. 1.7 Protocolado nº 13.243.549-**
80 **9: Recursos para o município de Pitanga – Calamidade públicas e emergências.** O ER de Guarapuava, a CPSE e
81 a CPSB retornaram as informações sobre a reforma do Centro Social Urbano João Gonçalves Padilha, do município de
82 Pitanga, com recursos de Calamidades Públicas e Emergências. **Parecer da Comissão:** Encaminhar protocolo para
83 CPSE para solicitação de informações junto ao MDS, quanto ao fato da reforma ter ocorrido com recursos da Proteção
84 Social Especial, e nos momentos ociosos o equipamento ser utilizado para execução de Serviços da Proteção Social
85 Básica (SCFV). **Parecer CEAS:** Aprovado. **Inclusão de pauta. 1.8 Incentivo Família Paranaense III** (Aprovada pela
86 Comissão de Políticas Sociais). A UTPFP apresentou proposta de Deliberação e do Termo de Adesão para repasse de
87 recursos do Incentivo Família Paranaense III, para os 156 municípios prioritários, com recursos do BID – Fonte 142, no
88 valor de R\$ 60.000,00 para cada município, totalizando R\$ 9.360.000,00, do Contrato com o Banco. **Parecer da**
89 **Comissão:** Aprovado. **Parecer CEAS:** Aprovado. **1.9 Recursos para reforma de CRAS do município de Ipiranga.** O
90 município de Ipiranga foi contemplado com recursos para reforma e ampliação de CRAS, tendo em vista situação de
91 emergência, através da Deliberação nº 070/2015, no valor de R\$ 180.000,00. Ocorre que o município também foi
92 contemplado com recursos para construção de um novo CRAS. Em consulta ao município, o mesmo respondeu que
93 tem interesse tanto na reforma e ampliação do CRAS já existente, quanto na Construção de um novo equipamento
94 para implantação de um segundo CRAS, pois há demanda para atendimento. O parecer do ER é favorável e da equipe
95 técnica da SEDS também. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer CEAS:** Aprovado. No momento seguinte, o
96 **Presidente Rubens Belton** externou ter enviado um comunicado à **servidora Helena Navarro Gimenez**, em nome
97 deste Colegiado, formulando um especial agradecimento pelos bons serviços prestados ao CEAS, desempenhados
98 com dedicação e competência. Essa lembrança foi comentada e considerada por todos os Conselheiros. **Registrada a**
99 **chegada do conselheiro Ricardo Vilarinho e das técnicas Alzimir e Márcia Mazzarotto (COGEMAS). Comissão**
100 **de documentação e Rede Sócia Assistencial: 1 . Informe sobre o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do**
101 **Estado do Paraná, “Nota Paraná”. A comissão tomou conhecimento do Programa de Estímulo à Cidadania**
102 **Fiscal do Estado do Paraná, “Nota Paraná” em apresentação feita pela Superintendente Maria de Lourdes, ao**
103 **abordar a importância deste programa para as Entidades de Assistência Social do Paraná. Ficou acordado nesta**
104 **comissão que o Memorando que será encaminhado aos escritórios regionais seria apresentado na íntegra na**
105 **plenária ao CEAS no dia 23/02/2016, uma vez que é o mesmo conteúdo informado nesta comissão.** MEMO nº
106 06/2016 – SAS/SEDS, Curitiba, 22 de fevereiro de 2016. De Superintendência de Assistência Social, Para Escritórios
107 Regionais da SEDS. *Ref.: Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná, “Nota Paraná”.* Aos(às)
108 Chefes de Escritório Regional. O Governo do Estado do Paraná editou a Lei Estadual nº 18.451/2015, de 06 de abril de
109 2015, referente ao Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná - “Nota Paraná”, bem como a
110 Resolução Conjunta SEFA/SEDS nº 001/2016, de 19 de fevereiro de 2016, os quais preveem que as Entidades de
111 Assistência Social podem ser favorecidas pelos créditos dos documentos fiscais emitidos nas operações abrangidas
112 pelo Programa, exclusivamente naquelas hipóteses em que o consumidor não apresentar a sua própria identificação e,
113 a seu critério, destinar os créditos a uma Instituição de sua escolha. Para tanto, as Entidades de Assistência Social
114 interessadas em participar do Programa devem enviar um requerimento à Secretaria de Estado do Trabalho e
115 Desenvolvimento Social – SEDS, através dos Escritórios Regionais, juntamente com os documentos necessários, e
116 após a devida conferência e validação, a SEDS fará a inclusão das Instituições aptas no Sistema do Nota Paraná. O
117 Representante Legal deverá complementar e concluir seu cadastro no Sistema Nota Paraná, através do login e senha
118 que será enviado via e-mail, para que a Instituição possa, enfim, se candidatar para recepção dos créditos dos
119 consumidores. A Lei prevê ainda que Instituições que atuam na área da saúde, cultura ou desportiva e de defesa e
120 proteção animal também podem ser incluídas no Programa, no entanto devem requerer a inclusão junto às respectivas
121 Secretarias de Estado. A SEDS receberá tão somente os requerimentos das Entidades que atuam na área da
122 Assistência Social, com o devido registro atualizado no Conselho Municipal de Assistência Social. Portanto, solicitamos
123 os esforços necessários de toda a equipe dos Escritórios Regionais para orientação às respectivas Instituições, bem
124 como a recepção e encaminhamentos necessários dos documentos que devem ser apresentados. Seguem elencados o
125 rol de documentos que as Instituições deverão apresentar no ER: 1 – Requerimento assinado pelo Representante
126 Legal; 2 – Cópia autenticada do Estatuto Social da Entidade; 3 – Cópia do CNPJ; 4 – Cópia autenticada da Ata de
127 Eleição e Posse do Representante Legal; 5 – Cópia autenticada do RG e CPF do Representante Legal; 6 – Cópia
128 atualizada da Certidão de Registro no Conselho Municipal de Assistência Social; Abaixo, os procedimentos a serem
129 adotados: 1 – A Entidade deve enviar requerimento à SEDS acompanhado dos documentos acima elencados ([modelo](#)
130 [do requerimento no site da SEDS – www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br](#)); 2 – O Escritório Regional (preferencialmente
131 um técnico) deverá conferir se a documentação está completa e se está devidamente autenticada ([preencher e assinar](#)
132 [check-list](#)); 3 – O Escritório Regional deverá escanear a documentação e enviar via expresso para o e-mail:
133 cadastronotaparana@seds.pr.gov.br; 4 – Orientar o representante da Instituição para aguardar e-mail/notificação para

134 acesso ao Sistema do Nota Paraná; 5 – O Representante Legal da Instituição receberá via e-mail login e senha para
135 acesso ao Sistema; 6 – O Representante Legal da Instituição deverá acessar o Sistema do Nota Paraná e
136 complementar seu cadastro, indicando inclusive o número da conta bancária da Instituição. Para demais
137 esclarecimentos, colocamos à disposição a Superintendência da Assistência Social – SAS/SEDS, com a Anne Voss,
138 pelo telefone: (41) 3210-2869, e com a Juliany Santos, telefone: (41) 3210-2506. **Parecer da Comissão: Ciente.**
139 **Parecer do CEAS: Ciente.** Na sequência, foram repassadas algumas informações aos conselheiros, no que se refere
140 aos benefícios que as entidades poderão obter, com a destinação de recursos do **Nota Paraná**, através de decreto
141 governamental. Diversas reuniões já aconteceram para definir os critérios, que já poderão ser encontrados no site. Ao
142 mesmo tempo, a **técnica Marta (SEFA)**, poderá vir ao plenário, para repassar as devidas informações. Registrada a
143 chegada da **Conselheira Gladdys (SEDS)**, técnico Ricardo (SEDS), Plínio Marcondes Madureira, da Regional de
144 Jacarezinho. No momento seguinte, foi efetivado o pedido de vistas do Processo nº 13.795.688-8, pelo **Conselheiro**
145 **José Araújo da Silva – APROVADO.** A **Conselheira Tatiana Possa (Coordenadora Gestão do SUAS)** esclareceu: -
146 os Conselheiros que não puderem participar dos cursos do Programa Capacita SUAS deverão comunicar, uma vez que
147 essas vagas poderão ser remanejadas para os Escritórios Regionais e Municípios. **Comunicada a realização de**
148 **Reunião Descentralizada nos dias 2 e 3 junho /2016, em Maringá.** Fundamentada, a **Superintendente Maria de**
149 **Lourdes** compartilhou que uma reunião em Foz do Iguaçu irá tratar do Plano Decenal, MDS contratando assessoria e
150 aguarda-se definições. Sabe-se que cada Estado adotará suas próprias metas. **Comissão de Políticas Sociais. -**
151 **Relator Cons Dionéia. 3.1 Pauta Permanente: Panorama de Pagamento do Renda Família Paranaense. Relato: O**
152 **Acordo de Cooperação Técnica com o MDS para continuação da complementação do Programa Bolsa Família com o**
153 **repasso de recursos estaduais através do Renda Família Paranaense foi assinado em dezembro de 2015 com prazo**
154 **de vigência até 31/12/2016. Panorama do Renda Família Paranaense até dezembro de 2015: De dezembro 2013 a**
155 **dezembro 2015, o Renda Família Paranaense beneficiou 195.323 famílias, em uma média de 92 mil famílias/mês. O**
156 **Governo do Estado investiu neste período o montante de R\$ 67.466.437,00 em recursos disponibilizados para a**
157 **complementação de renda das famílias, uma média de R\$ 2,9 milhões/mês. A média de recursos recebidos**
158 **mensalmente por família é de R\$ 31,00 e a média recursos recebido por família no ano é de R\$ 31,00 em 2013, R\$**
159 **244,00 em 2014 e R\$ 208,00 em 2015. As folhas de pagamento que tiveram o maior número de beneficiários foram em**
160 **2014, em agosto com 100.123 famílias e setembro com 99.694 famílias; e as que tiveram o menor número de**
161 **beneficiários foram em 2015, em outubro com 81.731 e setembro de 2015 com 80.605. Na folha de outubro/2015 foram**
162 **verificados as famílias beneficiárias por faixa de valor recebido e 83% das famílias receberam um montante de até R\$**
163 **40,00 de transferência de renda complementar. Janeiro 2016: Foram beneficiados 89.228 famílias em um montante de**
164 **recursos de R\$ 2.562.491,00. Fevereiro 2016: Foram beneficiadas 93.106 famílias em um montante de recursos de R\$**
165 **2.680.421,00. Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. Pauta Permanente: Panorama de**
166 **Pagamento do Incentivo Família Paranaense. Relato: A técnica Paula, da UTPFP, informa que, referente à primeira**
167 **parcela do Incentivo Família Paranaense, 98 municípios já receberam a parcela; 02 municípios estão com pendências**
168 **nos documentos enviados. Referente à segunda parcela do Incentivo, dos 98 municípios que receberam a**
169 **primeira parcela, 6 ainda não enviaram prestação de contas, 36 municípios estão com pendências nos**
170 **documentos enviados, 03 estão em análise da prestação de contas no setor financeiro e 55 foram pagos. O montante**
171 **deliberado pelo CEAS, para o Incentivo, foi de R\$ 3.623.747,00. Até o momento já foram repassados aos municípios R\$**
172 **2.772.161,10, o que corresponde 76,50% do recurso disponibilizado. Os municípios que ainda não receberam as**
173 **respectivas parcelas, devem se atentar ao cumprimento dos critérios da deliberação 042/13 CEAS para o recebimento**
174 **de cada parcela, bem como, a Deliberação 078/15 que estabelece novos prazos para prestação de contas. Será**
175 **apresentado no próximo mês panorama sobre a prestação de contas parcial, solicitada aos municípios neste mês de**
176 **fevereiro. INCENTIVO II DELIBERAÇÃO 28/15. Relato: A técnica Paula, da UTPFP, informa que, referente ao**
177 **Incentivo II, 55 municípios receberam o recurso, sendo que o município de Agudos do Sul não enviou os**
178 **documentos necessários para adesão conforme prazo (30/11/15), estabelecido na Deliberação 71/15. Em relação**
179 **à prestação de contas parcial, 29 processos estão em análise no setor financeiro, 23 estão na Unidade Técnica do**
180 **Família Paranaense para devolutiva aos municípios e 02 municípios ainda não finalizaram a prestação de contas**
181 **parcial. Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. Pauta Permanente: Programa Luz Fraternal.**
182 **Relato: Fechamento de 2015: Foram beneficiadas com a isenção do pagamento da fatura de energia 276.093 famílias**
183 **em um montante de recursos do Governo do Estado de R\$ 38.636.773,26. O mês com o maior número de beneficiários**
184 **foi de março com 162.002 famílias beneficiadas e o de maio com o menor número, 132.335. Em dezembro 2015 foram**
185 **beneficiadas 145.521 famílias, num montante de recursos investidos no mês de R\$ 3.768.380,34. Parecer da**
186 **Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. Pauta Permanente: Cadastro Único para Programas Sociais e**
187 **Programa Bolsa Família. Relato: Plano de Treinamento de Capacitações 2016 SENARC/MDS; A CPSB/Gerência do**
188 **CadÚnico e PBF encaminhou a SENARC o Plano de Treinamento das Ações do CadÚnico e PBF previstas para 2016.**
189 **Dentre elas, está previsto para iniciar em abril a Capacitação de SIBEC – Sistema de Benefícios ao Cidadão, a princípio**
190 **com 150 vagas, sendo 6 turmas, cada turma com 25 pessoas. Esta capacitação é realizada por meio da parceria**
191 **SENARC/MDS/CAIXA/SEDS. Outra Capacitação que irá ocorrer nos próximos dias, é a Capacitação de Gestão do**
192 **CadÚnico e PBF que será realizada entre os dias 29 de fevereiro a 04 de março para os municípios integrantes da**
193 **Regional/SEDS Maringá. As demais serão divulgadas posteriormente. Convite para Reunião SENARC/MDS**
194 **denominada Mesa Técnica 2016, acontecerá em Brasília entre os dias 25 a 27 de abril; nesta, reúnem-se Estados e**
195 **Governo Federal para pactuarem juntos as ações a serem desenvolvidas durante o ano. Convite para Capacitação**
196 **Análise dos Dados Cadastro Único: nova modalidade de capacitação realizada pela SENARC/MDS, prevista para**
197 **ocorrer entre os dias 28 e 29 de abril deste. Realização do VIII Encontro Nacional Intersetorial de Coordenadores**
198 **Estaduais do CadÚnico e PBF; em 2016, o Paraná sediará o VIII Encontro Nacional Intersetorial de Coordenadores**
199 **Estaduais do CadÚnico e PBF. Este evento visa discutir e propor melhorias nas ações do CadÚnico e PBF. Parecer da**
200 **Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. Protocolo 13.345.534-5 Alinhamento da Política de Assistência**

201 **Social com a Política de Garantia dos Direitos da criança e do adolescente. Relato:** Realizou-se análise do
202 relatório apresentado pela Assessoria Técnica de Planejamento e Gestão da Informação, sendo apontado os seguintes
203 pontos de pauta como sugestão para serem discutidos no CEDCA: Enfrentamento as violências (Trabalho Infantil),
204 Medida Socioeducativa em meio aberto, Cadastro único e Programa Bolsa Família, Centro/Território da Juventude,
205 espaços para atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência (CREAS). **Parecer da Comissão:**
206 Aprovado, sugere que as pautas sejam revistas e atualizadas pelas respectivas coordenações da SEDS, de acordo com
207 a síntese apontado no relatório nas paginas 69 e 70. Parecer do CEAS: Aprovado, que a SEC realize o
208 encaminhamento para as respectivas coordenações e posteriormente ao conselheiro responsável por representar o
209 CEAS no CEDCA. **Protocolo nº: 13.961.392-9: Minuta de Deliberação – Incentivo Família Paranaense III e termo**
210 **de Adesão do Incentivo família Paranaense III. Relato:** A técnica Paula UTPFP apresentou minuta de deliberação do
211 Incentivo família Paranaense III e o termo de adesão do Incentivo família Paranaense III, o qual beneficiará os 156
212 municípios prioritários do programa, será transferido o valor de R\$60.000,00 em parcela única, com recursos oriundos
213 do BID. O município terá prazo de execução de 12 meses do recurso. **Parecer da Comissão:** Aprova minuta de
214 deliberação e o termo de adesão. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **Alteração da Deliberação 042/13 e 028/15**
215 **(Incentivo I e II) Relato:** A técnica Paula UTPFP apresentou minuta de deliberação de alteração do prazo de
216 atualização do aspecto para investigação de 4 meses para 6 meses, frente a uma solicitação dos municípios e do ER da
217 SEDS, para colaborar no acompanhamento realizado pelos Comitês Locais às famílias do programa. **Parecer da**
218 **Comissão:** Aprova Minuta de Deliberação. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **Protocolo nº 13.795.688-8: informações da**
219 **FAS sobre a população em situação de rua. Relato:** A FAS envia resposta por meio do ofício 102/2015, quanto ao
220 questionamento do CEAS referente ao atendimento prestado às pessoas em situação de rua no Município de Curitiba,
221 informando os atendimentos e serviços desenvolvidos. Neste mesmo ofício questiona sobre a afirmação constante no
222 ofício do CEAS quanto ao crescente número de crianças, jovens e adultos em situação de rua, bem como o
223 cofinanciamento estadual para atendimento a essa população. A CPSE informa que o Município de Curitiba foi
224 contemplado pelo cofinanciamento estadual de 06 unidades de Centro POP (R\$69.000,00/mês), e Serviço de
225 Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias (R\$5.000,00/mês). Acrescenta que o Plano de Regionalização dos
226 Serviços da proteção social especial do Estado do Paraná foi aprovado em setembro de 2015 na CIB e no CEAS. Na
227 informação da CPSE contam duas fontes: Cadastro Único de 2011 a setembro de 2015, citando 2011 com 172
228 cadastros e até setembro de 2015, 1175 cadastros; outra fonte citada foi o Censo CentroPOP sendo que, em 2013
229 foram atendidas 719 pessoas e em 2014, 4382 pessoas atendidas. **Parecer da Comissão:** Ciente dos relatórios
230 emitidos pela gestora da FAS, pela coordenação da CPSE e SAS/SEDS. A comissão sugere que a secretaria executiva
231 encaminhe ao município as informações sobre o recurso de cofinanciamento do governo do Estado, repassado ao
232 município de Curitiba para atendimento da população de rua; e, no que diz respeito às fontes utilizadas na afirmação
233 sobre o aumento da população de rua, que sejam encaminhados os dados apresentados no relatório emitido pela CPSE
234 e outros que o CEAS julgar necessário. **Parecer do CEAS:** O conselheiro José Araujo pede vistas do processo com
235 decisão para a próxima reunião. **Panorama das construções de CRAS e Território da Juventude. Relato:** A CPSB
236 informa que entre os anos de 2011 a 2015 já foram inauguradas 44 unidades de CRAS e que, atualmente, a unidade de
237 Bom Sucesso já foi finalizada e em breve será inaugurada. Há ainda tres processos em fase de formalização de Termo
238 de Ajuste sendo: Congonhinhas, Iguaraçu e Engenheiro Beltrão. Em fase de construção estão as unidades dos
239 municípios de: Castro, São Jerônimo da Serra, Barracão, Bom Jesus do Sul, Godoy Moreira e Nova América da Colina.
240 No que se refere aos processos da Expansão 2013, onde foram previstas 29 (vinte e nove) unidades, destas, 11 (onze)
241 serão construídas com recursos do Programa Família Paranaense/ banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
242 (Bocaiúva do Sul, Campina do Simão, Itaperuçu, Ivaí, Ortigueira, Prudentópolis, Reserva do Iguaçu, Rosário do Ivaí,
243 General Carneiro, Ribeirão do Pinhal e Rio Branco do Ivaí) e já forma instruídos e encaminhados para o Paraná
244 Edificações, para que seja realizado o processo licitatório para contratação de Projeto de Implantação e Execução da
245 Obra. Outros 18 serão construídos com recursos do tesouro do Estado (Amaporã, Ariranha do Ivaí, Barra do Jacaré,
246 Farol, Itaguajé, Mandirituba, Nova Cantu, Pérola D'Oeste, Quinta do Sol, Tamboara, Tijucas do Sul, Ipiranga, Nova
247 Fátima, Abatiá, Ibaiti, Mato Rico e Tomazina), sendo que no momento, foi solicitado aos municípios a apresentação de
248 registro de imóvel atualizado- com autenticação em cartório e emissão de no máximo 6 (seis) meses; parâmetros
249 Construtivos – documento emitido pela Prefeitura Municipal informando o que pode ser construído no local; carta de
250 viabilidade da Copel – para verificar se há necessidade de extensão da rede elétrica para atender a construção; carta
251 de Viabilidade da Sanepar – para verificar se há necessidade de extensão da rede de água ou da rede de esgoto, ou se
252 deverá ser prevista fossa séptica na obra; e atualização dos dados do Prefeito Municipal – Termo de Posse, RG e CPF
253 autenticados. Após instruídos, os processos seguirão para a Paraná Edificações, para que sejam dados os
254 procedimentos de licitação dos Projetos de Implantação e os Execução da Obra. O município de salto do Itararé não
255 apresentou ofício com a solicitação de prorrogação de vigência do Termo de Ajuste nº 079/2013, cuja vigência expirou
256 em outubro de 2015. A SEDS vem realizando contato com o município para que haja a formalização da desistência,
257 conforme informado pelo Prefeito Municipal à Chefia do escritório Regional de Jacarezinho. Caso seja optado pela
258 substituição do Município, sugere-se que Guaraqueçaba ou os primeiros colocados da Deliberação nº 56/2014/CEAS
259 sejam acionados, sendo: Nova Laranjeiras, Mato Rico, Diamante D'Oeste, Ventania e Quedas do Iguaçu. Território da
260 Juventude: Os termos de Ajuste dos municípios de Arapoti, Assis Chateaubriand, Carambei, Imbituva, Coronel Vivida,
261 Capanema, Goioerê e Medianeira foram prorrogados e os processos encaminhados para a PRED, para que seja
262 analisada as informações referentes ao terreno. Construção de CREAS: estão sendo instituídos os processos de
263 construção de CREAS em 4 municípios: Anahy, Janiopolis, Pontal do Paraná e Arapoti. **Parecer da Comissão:** Ciente
264 quanto ao andamento dos processos de construção de CRAS e Territórios da Juventude. No que se refere ao Município
265 de Salto do Itararé, que o CEAS oficie o município para que, no prazo de 10 dias do recebimento do mesmo, haja a
266 manifestação sobre seu interesse, ou não, em realizar a assinatura de Termo de Ajuste para a construção de CRAS no
267 município. Havendo o não interesse do município ou, ainda, sua não manifestação, que seja acionado o município

268 subseqüente para formalização do termo de ajuste e procedimentos para construção de CRAS, sendo recomendado os
269 Municípios: Guaraqueçaba, Nova Laranjeiras, Diamante d'Oeste, Ventania e Quedas do Iguaçu. **Parecer do CEAS:**
270 Aprovado. **Crítérios de partilha de recursos para cofinanciamento de equipe volante. Relato: Retirada pela**
271 **Coordenação Proteção Básica. Parecer do CEAS:** Ciente. **INCLUSÕES DE PAUTA. Plano Decenal de Assistência**
272 **Social. Relato:** O conselheiro Denis solicita informações referentes a elaboração do Plano Decenal, sobre como será
273 organizado e as orientações aos municípios. **Parecer da Comissão:** Pautar na plenária. **Parecer do CEAS:** Ciente.
274 **Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização. - Relator – Cons. Artur. 4.1 Pauta Permanente: Educação**
275 **Permanente do SUAS.** A conselheira Tatiana informa o nome dos conselheiros estaduais da sociedade civil que fizeram
276 a inscrição para participar do curso I do Programa CapacitaSUAS II: UEPG: Ricardo, Andrea e José Araújo; UEM:
277 Teresinha Teka, Zilma e Rubens; UEL: Carlos, Mileny e Paulo; UNIOESTE: Artur, Maricleia, Marta, Vanderlei e Inês
278 Rosely; UNICENTRO: Não houve inscritos. A comissão solicita até a próxima reunião do Ceas, justificativa dos
279 conselheiros estaduais que não realizaram inscrição. Justificando ausência na participação conforme Ata do Ceas do
280 dia 04/12/2015. O conselheiro Artur traz a dificuldade de deslocamento do conselheiro até o pólo no mesmo dia do
281 curso, tendo em vista que a viagem é superior há duas horas e os cursos iniciam as 8h da manhã, não havendo a
282 disponibilidade de ônibus em horário adequado para chegar em tempo hábil. A comissão solicita que a Secretaria
283 Executiva do Ceas verifique a possibilidade de disponibilizar hospedagem para os conselheiros que estiverem a mais de
284 duas horas de deslocamento dos pólos dos cursos. O conselheiro Artur solicita que a CGS faça um levantamento dos
285 municípios da área de abrangência da Universidade Estadual de Londrina que não foram representados no curso I, e
286 repasse o nome dos municípios a Secretaria Executiva do CEAS para que solicite aos CMAS justificativa de ausência
287 de participação. A comissão entende que as vagas não preenchidas no dia do início do curso do Programa
288 CapacitaSUAS II, poderá ser ofertada pela universidade para alunos das áreas que compõem os futuros trabalhadores
289 da Política de Assistência Social para que a universidade não seja penalizada pelo não recebimento das metas do
290 contrato assinado junto a SEDS. **Parecer da Comissão:** Ciente e de acordo. **Parecer do CEAS:** A plenária acompanha
291 o ciente e de acordo da comissão, e aguarda o retorno da SEDS com relação a solicitação da viabilidade de pagamento
292 do deslocamento e da hospedagem dos conselheiros do CEAS. **4.2 Pauta Permanente: Vigilância Sociassistencial.**
293 A conselheira Tatiana informa sobre a avaliação realizada pelas coordenações da SEDS referente as metas do Pacto de
294 Aprimoramento Estadual 2014/2015 – Resolução da CIT Nº16/2013. A conselheira Tatiana informa que o documento
295 está sendo encaminhado a todos os conselheiros no dia de hoje para deliberação na próxima reunião do CEAS. O
296 conselheiro Artur solicita que a CGS encaminhe solicitação aos órgãos gestores municipais pendentes quanto ao não
297 preenchimento do Censo SUAS 2015, para que estes encaminhem justificativa por escrito à coordenação, para
298 posterior apresentação ao CEAS. O conselheiro Artur traz a deliberação da reunião do CEAS de 04/12/2015 que aprova
299 a realização de uma reunião ampliada do CEAS com a temática Vigilância Socioassistencial, Proteção Social Básica e
300 Proteção Social Especial. A comissão sugere que a reunião seja ampliada e descentralizada, sendo realizada no mês
301 de junho que é o mês de encerramento do biênio 2014/2016 reunindo os atuais e os novos conselheiros eleitos para o
302 CEAS biênio 2016/2018. **Parecer da Comissão:** ciente e aprova a reunião ampliada e descentralizada para dia 02 e 03
303 de junho em Maringá, solicitando até a próxima reunião do CEAS. **Parecer do CEAS:** A plenária acompanha o ciente e
304 aprovação da comissão referente a reunião descentralizada na cidade de Maringá, porém aguarda a viabilidade técnica
305 e orçamentaria da SEDS. ° **Edital de Eleição da Sociedade Civil Organizada. - Secretária Executiva Anne.** O referido
306 documento foi colocado em diversas questões foram sendo debatidas, a exemplo das pessoas que detêm cargos de
307 confiança ou vereadores e são Conselheiros. O **Conselheiro Pedro (Cascavel)** manifestou-se, pontuando que participa
308 deste Colegiado como cidadão, que tem 30 anos de atividades na área social e não como Vereador. Discordou dessa
309 vedação pois a PGE já deu seu parecer. Criando um entendimento, a representante do Núcleo Jurídico/SEDS, **Dra.**
310 **Danielle Vieira** apontou que na entrada do **Conselheiro e Vereador Vanderlei no CEAS**, houve esse questionamento.
311 Mandou-se um ofício ao CNAS e esse não viu impedimentos, já que a sua representação é outra e a entidade é que
312 detém a vaga de Conselheiro. Segundo a **Coordenadora Elenice Malzoni**, a própria Lei Orgânica não prevê a
313 participação do Legislativo e isso já contraria. Num diálogo aberto, o **Conselheiro José Araújo da Silva (Pastoral da**
314 **Pessoa Idosa)** disse entender que se abre um precedente perigoso para o controle social. Um promotor de Justiça está
315 para fiscalizar o processo, já a construção do Conselho é do Executivo e estão aí os Conselheiros Governamentais
316 pode acontecer de alguém que estar transvetido de Sociedade Civil, burlando todo o processo da LOAS. Voltou **Dra.**
317 **Danielle Vieira** pontuando existir uma orientação de 2013 do CNAS, afirmando que a cadeira é da entidade,
318 escolhendo quem ela quer. No sentido de esclarecer, o **Conselheiro Presidente Rubens Marcon**, relatou que em
319 Maringá foi inserido um artigo proibitivo a representações do poder municipal, estadual e federal. Assim, foi possível
320 filtrar para que o Conselho tivesse uma paridade mais equitativa, tornando-se mais produtivo. Voltou o **Conselheiro**
321 **José Araújo da Silva** (Pastoral da Pessoa idosa) considerando que todas as entidades necessitam de verbas públicas.
322 Afirmou desejar chamar a atenção de todos, para o perigo que se ocorre, abrindo mão do controle social. Atento às
323 colocações, o **Conselheiro Suplente Pedro M. Martendal de Araújo** (APAE), vereador, citou que a colocação do
324 **Conselheiro Araújo** coloca em dúvida a questão ética das pessoas. Afirmou estar participando do conselho como
325 cidadão e por ter sido eleito, garantiu não ter perdido nenhum direito civil. Sendo assim, está havendo um erro de
326 interpretação da 237. Todos são seres políticos e existe o maior interesse nessa representação. **Em votação, a**
327 **inclusão da Resolução 237 do CNAS no Edital – minuta de Deliberação nas eleições da Sociedade Civil. Sim –**
328 **08 votos, não 09 votos, APROVADA a não colocação da resolução na minuta.** Foi dada a continuação da leitura em
329 tela do documento, com a apreciação dos artigos – **APROVADA a minuta. Constituição da Comissão Eleitoral:**
330 Entidade /Usuário/ Trabalhador do Setor: Conselheira Governamental Maria de Lourdes e Tatiana – **APROVADA.**
331 Informativo: As eleições do CNAS para o Biênio 2016 a 2018 terão abertas três vagas para a Sociedade Civil do
332 Paraná, que desejassem compor o quadro desse processo eleitoral, a ser passível de critérios. 1 vaga para usuário
333 (Artur) e 1 vaga designada para os Conselheiros Denis e Mileny (já comunicados ao CNAS). **Intervalo para o almoço,**
334 **retorno às 13:00 hrs e 30 minutos. Item 8 – Relato da X Conferência Nacional de Assistência Social:** Num

335 primeiro momento, a palavra foi do **Conselheiro Artur** que, em conjunto com a Superintendente **Maria de Lourdes**,
336 foram os Coordenadores da delegação paranaense. Com a presença de 500 delegados em Brasília, forma muitos os
337 problemas enfrentados pelos grupos oriundos de 14 Estados: vagas nos hotéis insuficientes, aposentos com baratas,
338 saídas antecipadas sem aviso, alimentação de má qualidade entre outros. Uma árdua tarefa, segundo a **Conselheira**
339 **Maria de Lourdes**, agradeceu de forma penhorada toda a colaboração pelo **Conselheiro Artur** (NASA). A grande
340 mobilização política de que se utilizou em favor do governo Federal, diminuiu a qualidade da participação. Informou-se
341 que Sociedade Civil foi chamada para uma reunião. Participativo, o **Presidente Rubens** considerou que em eventos
342 costuma sempre ver os dois lados: em Brasília é comum aparecerem inúmeras dificuldades, tais como falta de critérios
343 nas licitações. Repetiu que a alimentação durante dias é sempre a mesma, etc. Participou-se dos eixos e as temáticas
344 contou com professores de ilibada competência, sendo que o eixo norteador foi o SUAS, para os próximos 10 anos. A
345 participação da delegação foi efetiva, porém a SEDS necessita ter maiores cuidados, uma vez que foram trabalhadas
346 temáticas que lá não apareceram. Esclareceu o **Conselheiro Artur**, citando que as propostas foram repassadas antes
347 por e-mail para os 62 delegados, que não estavam contemplados no caderno nacional. Os **Conselheiros Rubens e**
348 **Maria de Lourdes** foram convidados a participar de evento na Câmara dos Deputados. Foi proveitoso e cabe a todos a
349 participar desse decênio de lutas. Foi também comunicado pela **Conselheira Alzenir (SEDS)**, o Stand do Paraná foi
350 abastecido com folders da formação de residências técnicas, Programa Família Paranaense e outros. Já o **Conselheiro**
351 **Artur** parabenizou o CNAS pelo modelo eletrônico de votação apresentada. Compartilhando, o **Presidente Rubens**
352 informou que no último dia 14/01 compareceu a 1ª Reunião de Combate à Pobreza, no gabinete do Secretário da
353 Fazenda, Mauro Ricardo. Abordou-se o Decreto que regulamenta esse Fundo, a competência dos seus Conselheiros e
354 a necessidade de que os Conselhos Estaduais deliberativos enviem um representante da Sociedade Civil (CEAS-
355 CEDCA e CEDI/PR), cada pasta cobrindo as despesas do seu representante. Segundo a **Superintendente Maria de**
356 **Lourdes**, nos dias de hoje todos os Estados já tem o seu Fundo de Combate à Pobreza, vistos agora com bons olhos.
357 O **Conselheiros Rubens** precisava comparecer, até mesmo pela sua apropriação do assunto. Ao se criar o Fundão,
358 relatou o Presidente, busca-se os recursos que serão distribuídos à **COHAPAR – SEJU – SEAB e SEDS**. (400 milhões
359 de reais). **APROVADO** os recursos que passarão a ser rotineiros nessa Secretarias. **Item 10: “ Resolução ad**
360 **Referendum” 003/2015 CEAS/PR – mudanças da Deliberação 032/2015, inclusão de contratos e transparência**
361 **automática no texto de acolhimento de crianças e adolescentes.** Foi esclarecido **Coordenação Elenice Malzoni** que
362 faltava a expressão Fundo a Fundo pois as questões de acolhimento são emergenciais, já a outra de nº 001/2016 trata-
363 se da renovação dos contratos de acolhimento (ACRIDAS – A. Social e Socorro aos Necessitados revogada a de nº
364 02/2015 que era por 04 meses) nº 003/2016, nº 001/2016 – **APROVADA.** **Item 11 A: Inclusões de Pauta – Convite**
365 **procedente do Presidente José Roberto Zanchi**, referente a 1ª Reunião do COGEMAS em 07 de março, no Centro
366 Social San Josafat de Prudentópolis. Esse evento contará com a presença da Diretora Executiva do Fundo Nacional.
367 Com a possibilidade de serem encaminhados dois Conselheiros, foram designados **Denis Musial e José Araújo da**
368 **Silva – APROVADO** Na sequência, num breve momento a **Coordenadora Tatiana Possa** registrou a sua indignação,
369 por não ter tido propostas do Paraná na Conferência Nacional (Gestão do Trabalho). **Informes Gerais 12.1 Panorama**
370 **do Cadastro Único e Programa Bolsa Família no Paraná (retirado de pauta) 12.2 Informação referente a repasses de**
371 **recurso para o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicos e de Emergências (apresentado em tela).**
372 **12.3 – Plano de Regionalização** (Retorno do Governo Federal aprovando o Plano do Paraná): estão sendo
373 formatados grupos de trabalho para entabular discussões (foram estendidos convites para os Conselheiros da região);
374 **Programa do Serviço de Acolhimento Institucional para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos –**
375 **Modalidade República 40 vagas** (tudo deverá estar funcionando até abri). Na superação dos desafios, o **Conselheiro**
376 **Denis Musial** (Regional de Irati) questionou sobre o atendimento prestado a mulheres em situação de violência.
377 Respondeu a Coordenadora da PSE, **Elenice Malzoni**, que no dia e ontem, ocorreu uma reunião com a **Coordenadora**
378 **Terezinha e a Secretária Fernanda Richa**, da qual saiu uma autorização para se elaborar um estudo sobre esse
379 assunto. Maringá, Guarapuava e Paranavaí são municípios prioritários (20 vagas para casa região). Houve uma
380 sinalização orçamentária positiva, mas a Lei Eleitoral vai impactar nos municípios. Falando com exclusividade, a
381 **Conselheira Alzenir (SEDS)**, abordou o assunto que vem preocupando os paranaenses: a epidemia ocasionada pelo
382 mosquito visando ampliar a conscientização das pessoas, montou-se um projeto visando trabalhar com os grupos já
383 instituídos do Família Paranaense, sensibilizando as famílias e mudando o seu comportamento. Um vídeo deverá
384 chegar aos Escritórios Regionais e daí para os municípios. Planeja-se também produzir um manual de orientação e
385 levar até os CRAS. A proposta é transformar as famílias em agente de mudança, sendo primeiramente capacitadas pela
386 Saúde. Empenho e sensibilização será pontos fundamentais para proteger a população. Na sua vez, o **Presidente**
387 **Rubens** registrou a importante preocupação da SEDS com essas doenças que vem vitimando os paranaenses. Deixou
388 claro que o CEAS também está envolvido como cidadãos. Abriu-se um espaço para questionar as ausências da
389 **Conselheira Marli Mussulini (SEDS)**, nesse momento presente na plenária. Segundo ela, já se tornou oficial a
390 investidura do **Sr. Rubens**, representante da área do trabalho, como Conselheiro Titular desse Colegiado e ela
391 permaneceria como Suplente. Bastante dinâmica, a **Conselheira Marli** recebeu elogios pela inteira dedicação aos
392 Conselhos dos quais faz parte. Aliado a isso, a **Superintendente Maria de Lourdes** relatou que o governo realizou uma
393 reunião com os Conselheiros Governamentais, de todos os colegiados, pleiteando dinamização. Cuidou-se para que
394 todas as Coordenações da SEDS estivessem presentes e com isso perdeu-se a vaga dos Escritórios Regionais. Existe
395 a necessidade premente de se ter essa importante interação. A técnica Alzenir apontou que através do Programa
396 Família Paranaense existe um contrato com o BID, no valor de 100 milhões de dólares. Já foram deliberados 11 CRAS
397 e 08 CREAS, com a necessidade permanente de avançar mais na Assistência Social. Planeja-se para a próxima
398 plenária obter 45 minutos da pauta, para socializar esses avanços. Segundo o Presidente, das 11:00 às 12:00hrs, na
399 quinta feira que antecede a Assembleia. Vieram os agradecimentos pela participação de todos e os desejos para um
400 feliz retorno. A presente ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles, digitada por Felipe Klein, sendo a Secretária
401 Executiva Anne Voss. Após aprovada, será assinada pelos Conselheiros e inserida no site do CEAS/PR.